

CULPA E MORALIDADE DO TRABALHO: o corpo como palco da produtividade

GUILT AND WORK MORALITY: the body as a stage for productivity

Vivian Rafaella Prestes¹
Alexandre Luis Ponce Martins²
Susan Emi Matsumoto³

RESUMO: O estudo analisa a moralização do trabalho na sociedade contemporânea a partir das contribuições de Jessé Souza, articulando-as à psicanálise freudiana para compreender seus efeitos sobre o corpo e a subjetividade. Parte-se da crítica à ideologia meritocrática, que converte a produtividade em critério moral de valor social, naturalizando desigualdades estruturais e deslocando contradições sociais para o plano individual. Argumenta-se que essa moral do desempenho é internalizada por meio da culpa superegógica, operando como mecanismo psíquico de autocobrança. Nesse processo, o corpo assume papel central como espaço de inscrição das exigências de eficiência, disciplina e disponibilidade permanente, sendo frequentemente responsabilizado pelo fracasso, cansaço ou adoecimento. Ao articular sociologia crítica e psicanálise, o trabalho evidencia como a lógica produtivista atravessa o psiquismo, produzindo formas específicas de sofrimento psíquico que extrapolam a dimensão econômica.

Palavras-chave: culpa; superego; corpo; moralidade; trabalho.

ABSTRACT: This study examines the moralization of work in contemporary society based on the contributions of Jessé Souza, articulating them with Freudian psychoanalysis in order to understand their effects on the body and subjectivity. It departs from a critique of meritocratic ideology, which transforms productivity into a moral criterion of social value, thereby naturalizing structural inequalities and displacing social contradictions onto the individual level. It is argued that this performance-oriented morality is internalized through superegoic guilt, operating as a psychic mechanism of self-surveillance and self-demand. Within this process, the body assumes a central role as the site where demands for efficiency, discipline, and constant availability are inscribed, and is often held responsible for failure, fatigue, or illness. By articulating critical sociology and psychoanalysis, the study demonstrates how productivist logic permeates the psyche, producing specific forms of psychic suffering that exceed the strictly economic dimension.

Keywords: guilt; superego; body; morality; labor.

¹ Doutora em Psicologia (UNESP), docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Cidade Verde (UNICIVE) e bolsista de pesquisa pela mesma instituição. E-mail: psicologa.vivian@hotmail.com.

² Doutor em Geografia (UEM); Docente do curso de Geografia do UNICESUMAR. E-mail: alexandreponce@gmail.com.

³ Graduanda em Psicologia do Centro Universitário Cidade Verde (UNICIVE); participante da Iniciação Científica pela mesma instituição. E-mail: susan.emi.mat@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história ocidental, o trabalho nem sempre ocupou o lugar central que assume na contemporaneidade. Na Antiguidade e no período medieval, o ócio era associado à dignidade, enquanto o trabalho manual era frequentemente vinculado à desonra e à subalternidade. A valorização moral do trabalho, tal como hoje se apresenta, é resultado de transformações históricas profundas, que reconfiguraram as relações entre corpo, moralidade e valor social (SOUZA, 2018). Segundo Souza (2018), a tradição filosófica ocidental, desde Platão, passando por Santo Agostinho e consolidando-se na modernidade cartesiana, contribuiu para a constituição de uma moral fundada na interioridade, na razão e no controle de si. Esse deslocamento inaugura uma hierarquia valorativa que privilegia a disciplina, a racionalidade e a capacidade de autogerenciamento, elementos centrais para a compreensão das formas modernas de moralização do trabalho. O presente estudo tem como ponto de partida as contribuições teóricas de Jessé Souza (2018), autor central para a compreensão das dinâmicas contemporâneas de desigualdade social no contexto brasileiro. Sociólogo amplamente reconhecido, Souza dedica-se à análise crítica das estruturas de poder, da mobilidade social e, sobretudo, dos mecanismos simbólicos e morais que sustentam e naturalizam as desigualdades na sociedade moderna. Um dos principais aportes do autor consiste na crítica à ideologia da meritocracia, ao evidenciar que a desigualdade não se reduz a fatores estritamente econômicos, mas é atravessada por dimensões morais e simbólicas que operam na produção de hierarquias sociais. Nesse sentido, Souza (2018) argumenta que, na modernidade, o trabalho deixa de ser compreendido apenas como meio de subsistência e passa a ocupar um lugar central na constituição da identidade e do valor social dos indivíduos. Ser produtivo, eficiente e disciplinado torna-se, assim, um critério moral de reconhecimento e pertencimento social.

As análises sociológicas, embora fundamentais, não exploram suficientemente os mecanismos psíquicos de internalização da moral do trabalho, indicando a importância do diálogo interdisciplinar. Assim, a partir desse panorama, a psicanálise freudiana oferece importantes ferramentas para compreender esse movimento, ao permitir analisar como as exigências morais são incorporadas à vida psíquica e passam a operar como instâncias de cobrança interna. O corpo, nesse sentido, não apenas responde às demandas externas, mas

se torna o palco onde se encenam os conflitos entre desejo, dever e ideal de desempenho. Assim, compreender o corpo como espaço de inscrição da moralidade do trabalho possibilita ampliar a análise das formas contemporâneas de sofrimento, evidenciando como a lógica produtivista atravessa a subjetividade e produz efeitos que extrapolam o âmbito estritamente econômico. Diante desse contexto, este trabalho parte da problematização dos processos pelos quais a moralização do trabalho na sociedade contemporânea, conforme analisada nas contribuições de Souza (2018), é internalizada pelos sujeitos por meio da culpa superegóica, incidindo sobre o corpo e a constituição da subjetividade, bem como produzindo formas específicas de sofrimento psíquico. A contribuição específica deste trabalho consiste na articulação teórico-analítica entre a sociologia crítica de Souza (2018) e a psicanálise freudiana, tomando o corpo como eixo privilegiado de análise.

Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa de caráter teórico-analítico, fundamentada em revisão bibliográfica e articulação conceitual entre a sociologia crítica e a psicanálise. Ao integrar esses campos, o estudo busca compreender como exigências sociais historicamente produzidas, tais como os imperativos da produtividade, da eficiência e do desempenho, são incorporadas à vida psíquica dos sujeitos, convertendo-se em comandos superegóicos mediados pela culpa.

Ainda sobre a metodologia, foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial, como o ChatGPT e Gemini, como apoio na organização textual, na redação, na revisão gramatical e na elaboração inicial das estruturas das ideias. Ressalta-se que as análises, interpretações e decisões teórico-metodológicas foram conduzidas pelos autores, sendo a ferramenta utilizada apenas como suporte auxiliar. Assim, os autores assumem integral responsabilidade pelo conteúdo final apresentado. Em síntese, o texto organiza-se a partir da apresentação da crítica de Souza (2018) à moral do desempenho e à ideologia meritocrática, destacando seus efeitos sobre o valor social do sujeito. Em seguida, desenvolve-se a análise da culpa na perspectiva da psicanálise freudiana, com ênfase no funcionamento do superego como instância de internalização das exigências morais do trabalho. Por fim, examina-se o corpo como espaço privilegiado de inscrição dessas demandas, compreendido como palco da produtividade e da autocobrança, culminando em reflexões sobre os efeitos subjetivos e corporais da lógica produtivista contemporânea.

1. **TRABALHO, MÉRITO E VALOR SOCIAL: A Crítica de Jessé Souza**

As análises desenvolvidas por Jessé Souza (2018) oferecem um instrumental teórico fundamental para compreender como as condições sociais moldam a experiência individual, o senso de valor pessoal e as formas contemporâneas de reconhecimento social. Sua obra permite articular, de maneira crítica, trabalho, moralidade e hierarquias sociais, evidenciando que a posição ocupada pelos sujeitos na estrutura social não se define apenas por critérios econômicos, mas também por avaliações morais socialmente compartilhadas. Parte-se, portanto, da premissa de que, na sociedade contemporânea, não basta ao sujeito estar formalmente inserido no mundo do trabalho; espera-se que ele demonstre desempenho constante, produtividade elevada e realização pessoal por meio de sua atividade laboral. Essa exigência não se apresenta apenas como uma demanda funcional do sistema econômico, mas como um verdadeiro imperativo moral. Discursos amplamente difundidos associam sucesso, dignidade e valor social à capacidade de produzir, competir e se manter ativo, transformando o trabalho em critério privilegiado de avaliação do sujeito. Nessa lógica, o desempenho deixa de ser um meio e passa a operar como um fim em si mesmo, tornando-se parâmetro central para o reconhecimento social e para a legitimação da própria existência.

Segundo Souza (2018), esse processo está intimamente ligado à consolidação da ideologia meritocrática, que sustenta a ideia de que as posições sociais são resultado direto do esforço individual, da disciplina e do mérito pessoal. Ao deslocar para o indivíduo a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso, a meritocracia opera como um poderoso mecanismo de naturalização das desigualdades sociais, obscurecendo as condições estruturais desiguais que marcam as trajetórias de vida desde o nascimento. Assim, diferenças de classe, acesso desigual à educação, aos recursos materiais e ao capital cultural tendem a ser reinterpretadas como diferenças de empenho, vontade ou competência pessoal. Nesse contexto, o trabalho assume um lugar central na organização da vida social, convertendo-se em critério moral e em elemento estruturante da identidade dos indivíduos. Como argumenta Souza (2018), na modernidade o trabalho deixa de ser compreendido apenas como meio de subsistência e passa a funcionar como fonte primária de dignidade, reconhecimento e pertencimento social. Ser produtivo, eficiente e disciplinado torna-se,

assim, não apenas uma exigência econômica, mas uma obrigação ética, por meio da qual o valor social do sujeito é continuamente avaliado.

Essa centralidade moral do trabalho produz efeitos sobre a maneira como os sujeitos percebem a si mesmos e aos outros. Aqueles que conseguem corresponder aos padrões socialmente valorizados de produtividade tendem a ser reconhecidos como merecedores, responsáveis e dignos. Em contrapartida, os que não atingem tais parâmetros passam a ser vistos como insuficientes, fracassados ou moralmente deficitários. O trabalho, desse modo, extrapola a esfera da produção material e passa a definir quem o sujeito é, tanto aos olhos da sociedade quanto em sua própria autoimagem. A sociedade contemporânea tende, assim, a mensurar o mérito individual a partir da capacidade de trabalhar, produzir e ascender socialmente, conformando aquilo que o autor identifica como uma moral do desempenho. Historicamente, Souza (2018) localiza as raízes dessa moral do desempenho na ética protestante, especialmente a partir da Reforma, momento em que se reconfiguram as relações entre religião, trabalho e acumulação de riqueza. Com a perda do monopólio da Igreja Católica sobre o poder econômico, o capitalismo encontra condições favoráveis para sua consolidação. Diferentemente da lógica católica medieval, que restringia a acumulação de bens e associava a riqueza a riscos morais, a ética protestante passa a legitimar o enriquecimento individual, interpretando-o como sinal de eleição divina e recompensa pelo esforço pessoal. O trabalho árduo, a disciplina e a produtividade tornam-se virtudes morais centrais, associadas tanto ao reconhecimento social quanto à validação religiosa.

Esse deslocamento ético não apenas legitima o acúmulo de riqueza, mas reforça o papel do trabalho como critério privilegiado de valor moral, sustentando a racionalidade capitalista emergente. Tal lógica permanece operante no imaginário social contemporâneo, expressando-se em ditados e máximas populares que reforçam a associação entre esforço individual e sucesso, como “quem cedo madruga, Deus ajuda”, “quem não trabalha, não come” ou “cada um colhe o que planta”. Essas formulações condensam uma visão simplificada da realidade social, ao sugerirem uma relação direta e linear entre dedicação, mérito e recompensa. Ao enfatizar exclusivamente a responsabilidade individual, esses discursos negligenciam desigualdades estruturais, privilégios históricos e barreiras sociais que limitam, de forma concreta, as possibilidades de ascensão de determinados grupos, mesmo diante de intenso esforço laboral. A desvalorização do ócio e da inatividade, expressa

em máximas como “mente vazia, oficina do diabo” são frequentemente associadas a falha moral ou improdutividade, o que reforça ainda mais a exigência de atividade constante, autocontrole permanente e disciplina rigorosa como condições para o reconhecimento social.

Entretanto, como aponta Souza (2018), essa lógica meritocrática mostra-se estruturalmente inviável quando confrontada com o funcionamento real do modo de produção capitalista. A ideia de que “basta trabalhar” ou de que todos dispõem das mesmas oportunidades ignora que a sociedade é organizada em classes e marcada por acessos profundamente desiguais aos meios de produção, à educação e aos recursos materiais e simbólicos. O capitalismo, longe de possibilitar ascensão universal, depende da desigualdade para se manter, produzindo posições sociais hierarquizadas e assimétricas. Nesse sentido, não se trata de falhas individuais ou insuficiência de esforço, mas de uma estrutura social que produz, de forma sistemática, condições desiguais de existência. A transformação dessas contradições estruturais em questões morais e individuais constitui um dos mecanismos mais eficazes de manutenção da ordem social vigente. Ao converter desigualdade em culpa, fracasso pessoal ou inadequação subjetiva, desloca-se o foco da crítica das estruturas sociais para o indivíduo e seu desempenho.

É nesse ponto que se torna possível compreender como a moral do desempenho ultrapassa o plano das normas externas e passa a incidir de maneira profunda sobre a experiência subjetiva. A exigência de produtividade constante não apenas organiza as relações sociais, mas mobiliza afetos, expectativas e modos de avaliação de si, preparando o terreno para processos de internalização dessas demandas. Embora as análises de Souza evidenciem de forma contundente o caráter simbólico e moral da desigualdade, os mecanismos psíquicos por meio dos quais tais exigências se incorporam à vida dos sujeitos demandam um diálogo com outros campos teóricos.

Assim, a moralização do trabalho, ao se articular à responsabilização individual e à centralidade do desempenho, cria as condições para que limites, fracassos e interrupções sejam vividos como falhas morais. Essa dinâmica aponta para a necessidade de aprofundar a análise dos efeitos subjetivos dessa lógica, especialmente no que diz respeito aos sentimentos de inadequação e culpa que atravessam a experiência contemporânea do trabalho. É nesse horizonte que se insere a contribuição da psicanálise, ao oferecer

instrumentos conceituais para compreender como essas exigências sociais são internalizadas e passam a operar como formas de cobrança íntima, questão que será desenvolvida na seção seguinte.

2. DA MORAL SOCIAL À CULPA: Articulações entre Sociologia e Psicanálise

A análise da moralização do trabalho desenvolvida por Jessé Souza (2018), fundada na ideia de que o valor social do sujeito é medido por sua produtividade, esforço e disciplina, permite reconhecer que tais exigências não operam apenas como normas externas impostas por instituições ou discursos sociais. Trata-se de uma lógica que incide de maneira profunda sobre a constituição psíquica dos indivíduos, atravessando os processos de subjetivação e orientando a forma como o sujeito se percebe, se avalia e se relaciona consigo mesmo e com os outros. A centralidade moral do trabalho, portanto, não se restringe ao plano econômico ou institucional, mas se inscreve no modo como o sujeito organiza sua vida emocional, seus afetos e seu senso de valor pessoal. Desde a infância, os indivíduos são expostos a enunciados e máximas morais amplamente difundidos no cotidiano, como “o esforço sempre compensa”. Esses discursos não funcionam apenas como orientações pragmáticas ou conselhos morais isolados; eles operam como dispositivos simbólicos de longa duração, que moldam a compreensão social do mérito, da responsabilidade individual e da legitimidade do descanso, do fracasso ou do limite. Ao reiterarem a associação entre trabalho, disciplina e virtude, tais enunciados contribuem para a construção de uma moral do desempenho que estrutura tanto o julgamento social quanto os processos de autoavaliação subjetiva, como mencionado ao longo deste artigo.

É nesse ponto que a articulação com a psicanálise freudiana se torna importante. O imperativo contemporâneo do desempenho, traduzido na exigência constante de produzir mais, render mais e ser mais, não se sustenta exclusivamente por mecanismos de coerção externa. Ao contrário, sua eficácia depende da interiorização dessas exigências, que passam a operar como autocobrança, autovigilância e, sobretudo, como culpa. A passagem da análise sociológica para a psicanalítica permite, assim, formular uma questão central: a moralização do trabalho só se mantém porque está inscrita no psiquismo, produzindo sentimentos persistentes de insuficiência e sofrimento, mesmo quando o sujeito se empenha em

corresponder às expectativas socialmente prescritas. Na perspectiva freudiana, a culpa não decorre exclusivamente de transgressões concretas ou de atos efetivamente cometidos. Ela está ligada à própria estrutura do superego, instância psíquica responsável pela incorporação das normas, proibições e ideais sociais. O superego opera como uma instância de vigilância e julgamento do ego, exercendo funções como a consciência moral, a auto-observação e a formação de ideais. Conforme sistematizam Laplanche e Pontalis (2001), o superego pode ser compreendido como um “juiz ou censor” interno, cuja severidade não depende necessariamente de uma falta objetiva, mas da distância entre o sujeito e um ideal internalizado. A constituição do superego ocorre inicialmente a partir das figuras de autoridade primárias, sobretudo parentais, mas se amplia ao longo do desenvolvimento, incorporando normas provenientes da escola, da religião, da cultura e das instituições sociais em geral. Como afirma o autor:

À medida que uma criança cresce, o papel do pai é exercido pelos professores e outras pessoas colocadas em posição de autoridade; suas injunções e proibições permanecem poderosas no ideal do ego e continuam, sob a forma de consciência, a exercer a censura moral. A tensão entre as exigências da consciência e os desempenhos concretos do ego é experimentada como sentimento de culpa (FREUD, 1923/1996, p. 51)

Essa formulação freudiana permite compreender como a culpa emerge não apenas como resposta a transgressões concretas, mas como efeito da distância permanente entre os ideais internalizados e as possibilidades reais do sujeito. Uma vez constituído, o superego deixa de operar como instância externa e passa a funcionar como operador psíquico do próprio sujeito. Assim, exigências socialmente produzidas, como a valorização da produtividade, da eficiência, da disciplina e do autocontrole, passam a atuar internamente, produzindo cobranças e punições mesmo na ausência de vigilância externa.

Freud (1923/1996) destaca que o superego pode assumir um caráter severo e até cruel. Quando o sujeito não consegue corresponder às exigências superegóicas, emerge a culpa, frequentemente vivida não como resposta a um ato específico, mas como sensação difusa de falha, inadequação ou insuficiência diante de um ideal inatingível. A culpa, nesse sentido, configura-se como um sentimento estrutural, resultante da internalização de normas e ideais que excedem a capacidade real do sujeito de satisfazê-los plenamente. Trata-

se de uma dinâmica na qual quanto mais o sujeito se esforça para corresponder ao ideal, mais esse ideal se torna exigente. No contexto contemporâneo, marcado pela intensificação das exigências de desempenho, essa dinâmica tende a se agravar. A culpa não se manifesta apenas em relação ao que foi feito, mas sobretudo em relação ao que nunca é considerado suficiente. O sujeito não se culpa apenas por falhar, mas por cansar, por pausar, por não conseguir sustentar um rendimento contínuo. À luz da leitura freudiana, pode-se compreender que o superego contemporâneo incorpora os imperativos da moral produtivista, convertendo-os em comandos internos que se expressam sob a forma de deveres incessantes: “deve-se produzir”, “deve-se ser eficiente”, “deve-se render mais”.

Nesse ponto, estabelece-se um diálogo direto com as análises de Souza (2018). Quando o trabalho se converte em valor moral central, essa exigência não permanece no plano externo das normas sociais, mas se transforma em comando superegóico. O sujeito passa a se responsabilizar integralmente por seu sucesso ou fracasso, independentemente das condições sociais, materiais e históricas que moldam suas possibilidades concretas de existência. Como efeito, o cansaço, a exaustão e o adoecimento tendem a ser vividos como falhas individuais, e não como expressões de um sistema que depende da intensificação do trabalho e da desigualdade para se manter. Mesmo diante da precarização, da ausência de recursos ou de condições objetivamente desfavoráveis, o sujeito tende a atribuir a si mesmo a responsabilidade pelo insucesso. Tal movimento evidencia a atuação do superego como guardião interno da moralidade do trabalho, deslocando para o plano individual contradições que são, em sua origem, de ordem social e estrutural. Não é apenas o trabalho que organiza a vida do sujeito, mas a culpa por nunca trabalhar o suficiente.

Essa dinâmica implica a captura da subjetividade e do corpo por uma lógica produtivista que transforma o sujeito em gestor permanente de si mesmo. O corpo, nesse processo, deixa de ser vivido como espaço de experiência, desejo, pausa e sensibilidade, passando a ser administrado como instrumento de desempenho. Ele deve render, resistir, suportar e não falhar. Quando falha, inevitavelmente, o sujeito sente culpa; quando descansa, vivencia o repouso como desperdício ou negligência. Trata-se de uma forma sofisticada de controle social e subjetivo, na qual a coerção não se apresenta como imposição externa, mas como autodemanda.

Os efeitos dessa dinâmica manifestam-se em formas contemporâneas de sofrimento psíquico, como o esgotamento, o adoecimento mental e o burnout, frequentemente acompanhados por uma sensação persistente de insuficiência e inadequação. Trata-se de uma modalidade moderna de alienação, na medida em que o sujeito percebe a pressão como algo que emana de si mesmo, sem reconhecer plenamente seu caráter socialmente produzido. O sofrimento, assim, é individualizado, enquanto suas causas permanecem naturalizadas. Nesse sentido, a psicanálise oferece uma possibilidade crítica fundamental. Ao permitir que o sujeito reconheça a historicidade e a contingência desses ideais, a psicanálise abre espaço para questionar a produtividade como valor absoluto e para desnaturalizar a culpa como destino subjetivo. Tal reconhecimento possibilita reinscrever o desejo para além da lógica do desempenho e recolocar o corpo não apenas como instrumento de trabalho, mas como espaço de experiência, criação e encontro consigo e com o outro. É precisamente nesse ponto que se torna necessário avançar a análise para o corpo. Se a moralização do trabalho se inscreve no psiquismo por meio da culpa superegóica, é no corpo que essas exigências encontram sua expressão mais concreta e visível. O corpo torna-se, assim, o palco privilegiado onde se materializam as demandas de desempenho, resistência e disponibilidade contínua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, é possível afirmar que os diferentes eixos teóricos mobilizados ao longo deste trabalho — desde a análise da moralidade cristã do trabalho, tal como desenvolvida por Souza (2018), até a compreensão psicanalítica do funcionamento do superego — convergem para um ponto central: o corpo como lugar privilegiado de inscrição dessas exigências. É no corpo que a moralidade do trabalho se materializa e é por meio dele que o imperativo da produtividade deixa suas marcas mais visíveis e persistentes. Ao demonstrar que o trabalho se converteu em valor moral e critério de dignidade social, Jessé Souza evidencia a constituição de um modo de vida no qual os sujeitos são constantemente pressionados a legitimar sua existência por meio do rendimento e do desempenho. A psicanálise, por sua vez, ao elucidar o funcionamento do superego, permite compreender como essa exigência externa se transforma em cobrança interna, íntima e incessante,

operando como uma instância que não se satisfaz com o simples cumprimento das tarefas, mas demanda sempre mais. Nesse cenário, não basta trabalhar: torna-se necessário justificar a própria existência pelo trabalho.

Essas dinâmicas encontram no corpo seu principal campo de expressão. O corpo converte-se em palco onde a moral da produtividade se encena cotidianamente, manifestando-se no cansaço crônico naturalizado, na ultrapassagem constante dos limites corporais convertida em virtude, na privação de sono tratada como sinal de comprometimento e na desatenção à dor, frequentemente silenciada pela urgência do desempenho. As metas e indicadores passam a substituir a experiência do viver, reduzindo o tempo e o corpo a recursos a serem otimizados. Nesse contexto, cada gesto corporal é convocado a comprovar produtividade: caminhar com pressa, alimentar-se rapidamente, dormir pouco, manter-se permanentemente disponível e conectado. O corpo, atravessado pela moral do esforço e pela culpa de matriz superegóica, deixa de ser espaço de experiência sensível e passa a funcionar como instrumento, como engrenagem submetida à lógica do rendimento contínuo. Trata-se, portanto, de uma forma de captura subjetiva que transforma a vida em desempenho, o descanso em falha moral e o corpo em território disciplinado.

É importante destacar que o corpo não foi historicamente exigido do mesmo modo nas diferentes formas de organização do trabalho. As demandas corporais que incidem sobre os sujeitos variam conforme os regimes de produção e as racionalidades que os sustentam, o que permite compreender que a centralidade atual do desempenho corporal não é natural nem inevitável, mas social e historicamente produzida. No contexto do capitalismo industrial e do modelo fordista de organização do trabalho, o corpo era concebido fundamentalmente como força produtiva a ser disciplinada, adestrada e controlada. Tal racionalidade é exemplarmente retratada no filme *Tempos Modernos*, de Charles Chaplin (1936), no qual o corpo do operário aparece submetido a uma lógica mecânica que regula minuciosamente o tempo, o ritmo e os gestos do trabalho. A célebre cena em que o personagem de Chaplin é engolido pela engrenagem da fábrica ilustra de forma contundente a redução do corpo a uma extensão da máquina, cuja função é repetir movimentos padronizados em cadência imposta externamente.

O filme evidencia aquilo que Michel Foucault (2004) conceitua como corpo disciplinar: um corpo útil e dócil, produzido por dispositivos de vigilância, normalização e

punição que organizam o espaço, o tempo e a postura dos trabalhadores. Em *Tempos Modernos* (CHAPLIN, 1936), a disciplina opera por meio da fragmentação extrema das tarefas, da imposição de ritmos acelerados e da eliminação de qualquer possibilidade de pausa, descanso ou singularidade. O controle é visível, institucionalizado e exercido de fora para dentro, fazendo do corpo um objeto direto de coerção e exploração.

Entretanto, diferentemente do que ocorre no capitalismo contemporâneo, em *Tempos Modernos* a violência do sistema aparece de forma explícita e grotesca. O sofrimento do corpo não é moralizado como falha individual, mas apresentado como efeito direto de um sistema que oprime, aliena e desumaniza. O trabalhador enlouquece, adoece e entra em colapso não porque lhe falta empenho ou competência, mas porque está submetido a uma lógica de produção que ignora sistematicamente os limites corporais e psíquicos. Essa explicitação da coerção externa permite compreender uma diferença fundamental em relação ao regime atual de produção. Enquanto no modelo industrial a dominação se exercia sobretudo pela disciplina imposta de fora, no capitalismo contemporâneo a exploração tende a operar de modo mais difuso e internalizado. O corpo já não é apenas controlado, mas convocado a se autogerir, a se motivar e a se superar continuamente, incorporando as exigências de desempenho como imperativos subjetivos. Nesse sentido, *Tempos Modernos* (CHAPLIN, 1936) oferece um contraponto histórico valioso, ao evidenciar que a forma atual de captura do corpo não é natural nem inevitável, mas resultado de transformações específicas nas formas de organização do trabalho e nos modos de subjetivação.

Assim, a leitura do filme à luz das contribuições de Foucault, Jessé Souza e da psicanálise permite compreender que, se no capitalismo industrial o corpo era explorado pela coerção visível, no capitalismo contemporâneo ele é explorado pela culpa, pela autodemanda e pela internalização da moral produtivista. O corpo deixa de ser apenas disciplinado e passa a ser performado; já não se espera somente obediência e repetição, mas flexibilidade, criatividade, adaptabilidade e disponibilidade emocional permanente, deslocando o eixo do controle do exterior para o interior do sujeito, com efeitos profundos sobre a subjetividade e o sofrimento psíquico. O corpo, nesse sentido, torna-se um projeto permanente, que deve estar sempre disponível, saudável, resiliente e produtivo, mesmo diante da intensificação das demandas e da precarização das condições de trabalho. Pensar o corpo como palco da produtividade implica reconhecer que ele não apenas sustenta o

trabalho, mas expõe continuamente o sujeito ao julgamento social. O corpo se torna o lugar onde se evidenciam tanto o sucesso quanto o fracasso diante dos ideais de desempenho, funcionando como superfície visível de avaliação moral. Essa exposição permanente reforça a internalização das exigências produtivas e intensifica os processos de autocobrança e culpabilização mediados pelo superego.

Diante desse cenário, repensar o corpo para além da lógica do desempenho não se configura apenas como um desafio teórico, mas também ético e clínico. Tal deslocamento exige questionar modelos de trabalho sustentados pela culpa, bem como práticas institucionais que naturalizam o cansaço, o adoecimento e a exaustão em nome da produtividade. Coloca-se, assim, uma questão central que atravessa não apenas este estudo, mas o debate contemporâneo sobre trabalho, saúde mental e subjetividade: como recuperar o corpo como lugar de presença, e não de cobrança? Como restituir ao corpo a possibilidade de existir sem ser permanentemente medido, comparado ou explorado? Essas indagações abrem caminho para reflexões acerca de práticas de cuidado, formas de resistência e modos de vida que escapem à lógica da culpa e da performance, apontando para a necessidade de repensar, de modo crítico, as relações entre trabalho, corpo e subjetividade na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

CHAPLIN, Charles. **Tempos Modernos**. Estados Unidos: Charles Chaplin Productions, 1936. 87 min., P&B.

FOUCAULT, Michel. **VIGIAR E PUNIR: nascimento da prisão**. Tradução de Lúcia M. Ponde Vassallo. Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

FREUD, Sigmund. O ego e o id. In: **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**, v. 19. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 15-82.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-Bertrand Lefebvre. **Vocabulário da Psicanálise**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2001.

SOUZA, Jessé. **A SUBCIDADANIA BRASILEIRA: Para entender o país além do jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.